

Os Estados Unidos e o reordenamento do poder mundial

Um retrato do mundo no fim da Guerra Fria

(Este trabalho foi redigido em Washington em 1992/93; reduzi a extensão e modifiquei uma ou outra referência, mas continua na essência a refletir o panorama internacional de então, basicamente o mesmo de agora, com a acentuação do antagonismo entre EUA, de um lado, e China-Rússia, do outro, a crise da União Europeia após a decisão da saída do Reino Unido, o problema agravado do terrorismo fundamentalista islâmico, da Síria dos refugiados.)

Rubens Ricupero

O 4º Pós-Guerra:

A decomposição acelerada da União Soviética e dos países socialistas europeus marca, a partir de 1989, o início do que se poderia chamar de quarto período de pós-guerra da História Contemporânea.

O **primeiro** desses períodos é o que se inaugura em 1815 com a derrota de Napoleão e o encerramento do longo ciclo das guerras desencadeadas pela Revolução Francesa e a tentativa de construir uma hegemonia napoleônica. O Congresso de Viena se esforça em restaurar um mundo de estabilidade, que, apesar de constantemente pressionado pelas forças transformadoras do liberalismo e do nacionalismo, irá assegurar à Europa longo período de paz relativa. Apesar da Guerra da Criméia, na década de 1850 e dos conflitos ligados às unificações da Alemanha e da Itália, não se registraram conflagrações gerais envolvendo todos os membros do sistema até o cataclismo de 1914.

O **segundo pós-guerra** é o que se abre em 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial e a Conferência de Versalhes. Agudamente instável, o sistema internacional pós-Versalhes estaria destinado a desaparecer em vinte anos, menos de uma geração. Não obstante, teve sobre o anterior a vantagem de esboçar com a Sociedade ou Liga das Nações o primeiro ensaio de criação de uma organização abarcando a totalidade do sistema mundial (e não apenas o europeu ou americano), inspirando-se teoricamente nos princípios de universalização e democratização das relações entre Estados.

O **terceiro** e mais complexo dos pós-guerras se segue ao término da Segunda Guerra Mundial e possui três momentos definidores: I) a Conferência de São Francisco (1945), que reorganiza o sistema político mundial mediante a aprovação da Carta das Nações Unidas e fundação da Organização das Nações Unidas; II) a Conferência de Bretton Woods, antes do fim da guerra (1944), que estabelece as bases da nova ordem econômica, amparada no FMI e no Banco Mundial, a ser complementada, no plano comercial, pelo GATT (1947); e, finalmente, III) as crises de Berlim e Praga e a decisão de Stalin de não participar do Plano Marshall (1947-48), que caracterizam a divisão da Europa e do mundo em dois blocos adversários na Guerra Fria, opostos pela política, a economia e a ideologia, apoiados nas alianças militares antagônicas da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Definida por Raymond Aron como “paz impossível, guerra improvável”, vai durar quatro décadas. Diante da inaceitabilidade de um apocalíptico

desfecho pelas armas nucleares, encontrará o fim pelo apodrecimento interno de um dos campos: “Not with a bang but with a whimper”.

O pós-guerra que estamos vivendo se diferencia dos precedentes, em primeiro lugar, por não haver sido originado e determinado por um novo equilíbrio de forças militares em sequência a um conflito cruento. Esse é, porém, um aspecto de menor relevância, pois, em tudo o mais, as características essenciais de tais períodos estão presentes: um conflito de poder terminou pela nítida vitória de um dos lados sobre o outro, nova correlação de forças se impôs e os deslocamentos territoriais, políticos, econômicos e sociais não foram menos cataclísmicos por terem sido relativamente pacíficos. Nem a derrota na Primeira Guerra Mundial, que provocou a dissolução do Império Czarista, por exemplo, havia sido capaz de dar à Ucrânia e à Bielorrússia uma independência perdurável que não se via desde os albores do Estado russo. Pode-se até pretender que a violência incomparavelmente maior da Segunda Guerra Mundial afetou menos as estruturas ideológicas preexistentes do que o fez o colapso do socialismo real, pondo por terra, aos menos provisoriamente, uma proposta revolucionária de organização alternativa da vida social cujas raízes eram anteriores à Revolução de 1917.

A diferença que me parece mais significativa em relação aos demais pós-guerras se dá no processo e na forma do atual. Todos esses momentos têm em comum não só partirem de um conflito que destruiu um mundo, mas constituírem intentos de construção de um sistema em bases originais ou ilusoriamente restauradas. Das vezes passadas, isso se fez de maneira institucionalizada, em processo formal, com regras de participação, de tomada de decisões e prazos definidos no âmbito de congressos ou conferências internacionais.

De Viena a Versalhes e desta última a São Francisco há uma progressão nítida em termos de ampliação do conteúdo de democratização e de universalização do processo decisório. Desta feita, não só não há tratado de paz com os derrotados, como também não se convoca uma reunião internacional para decidir sobre a nova ordem. As decisões vão sendo tomadas no dia-a-dia, de forma pontual e tópica. A unificação da Alemanha, a evacuação das tropas soviéticas da Europa Central e Oriental, a dissolução do Pacto de Varsóvia, a ampliação da OTAN, os conflitos da Bósnia e do Oriente Médio vão sendo encaminhados caso a caso, em processos fechados, com o envolvimento mínimo possível de participantes.

Até o projeto de alguns e aspiração de outros em favor de eventual ampliação do Conselho de Segurança vai sendo cuidadosamente cozinhado em fogo lento, espreitando-se a hora mais favorável para carimbar com a chancela coletiva uma solução qualquer que não interfira muito com a vontade dos detentores do poder. Em contraste com a visão heróica e sistêmica de Wilson de 1919 ou Roosevelt em 1945, já não há lugar para grandes desígnios, projetos de redenção universal como a Liga das Nações e a ONU. Em lugar de codificações napoleônicas cartesianas e acabadas, o processo é mais o da “Common Law” ou da constituição inglesa, em que o edifício vai sendo erguido pragmaticamente, tijolo a tijolo.

Dentre as razões para isso, vejo duas principais. De um lado, o desenlace não militar da Guerra Fria deixou de pé por algum tempo as estruturas básicas do Estado soviético e dos demais socialistas, permitindo-lhes encaminhar, sem maiores necessidades de interferência de fora, os problemas derivados da desintegração do

império. Exceções dentro desse padrão, como os conflitos não resolvidos da Bósnia, de Nigorno-Karabach ou do Kosovo, exigem inevitavelmente o envolvimento da ONU e de terceiros.

Ao mesmo tempo, no plano das relações econômico-comerciais, nada ocorreu que se comparasse de longe com a devastação física e a desorganização operacional do segundo conflito mundial; a consequência é que as instituições básicas da ordem econômica pós 1945 – FMI, Banco Mundial, GATT, - saíram não só intactas, mas até reforçadas para se converterem nos instrumentos principais da acomodação dos ex-socialistas ao sistema econômico vitorioso.

Por outro lado, a democratização e a universalização do processo decisório mundial aparentemente atingiram o limite tolerável pelo sistema de poder, ao menos por ora, com a proliferação de Estados que se seguiu à descolonização afro-asiática e, mais recentemente, à desintegração da ordem territorial européia e centro-asiática imposta pelos soviéticos. Daí o escasso entusiasmo dos americanos e, em graus distintos, dos outros membros permanentes de Conselho de Segurança por propostas que, a exemplo de São Francisco, Bretton Woods ou a das negociações econômicas multilaterais globais, visem a convocar o universo da comunidade internacional para uma negociação ordenada e formalizada de novos padrões de relacionamento político, financeiro, monetário ou comercial na base da igualdade teórica dos Estados.

Onde os padrões decisórios assimétricos estão instalados e em funcionamento como no Conselho de Segurança ou nas instituições de Bretton Woods, existe a firme intenção de mantê-los. A abordagem da assembléia constitucional multilateral só é admitida em áreas como a do meio-ambiente ou dos direitos humanos, temas novos onde é inevitável passar por essa etapa para codificar normas e implantar padrões. A inexistência de um projeto explícito de reordenamento mundial não impede, todavia, que se vislumbre com maior ou menor nitidez a silhueta da obra em construção.

Um mundo com maior tendência à homogeneidade

A primeira marca diferenciadora do mundo que emerge em fins dos 1980 e primeira metade dos 1990 em relação ao do passado recente é a tendência inicial ao predomínio da homogeneidade sobre a heterogeneidade.

Essas expressões são empregadas aqui no sentido adotado por Henry Kissinger em “A World Restored” e outros trabalhos. Desse ponto de vista, homogêneo é o sistema internacional no qual os principais participantes coincidem no mesmo critério de legitimidade de poder e seguem princípios análogos e compatíveis de organização política, social, econômica, etc.

O sistema multipolar europeu da Balança do Poder, a partir da Paz de Westfália (1648) e até a Revolução Francesa, seria um exemplo típico de homogeneidade. A legitimidade do soberano provinha, em toda parte, do critério dinástico, com regras mais ou menos parecidas. A escolha do rei determinava a religião dos súditos. A organização política monárquica, a estrutura de estamentos e/ ou classes, a maneira de produzir e comerciar eram compatíveis em todos ou quase todos os componentes do sistema, com alguns anacronismos como o Império Russo, desprezado como resquício do barbarismo.

A Revolução Francesa virá introduzir nesse universo fechado e harmonioso uma explosiva força de heterogeneidade, seja em relação à legitimidade, agora originada da soberania popular, como na adoção da forma republicana, a emergência da burguesia, a separação da Igreja e do Estado. Mesmo após a derrota napoleônica e o Congresso de Viena, a herança revolucionária, sob a forma do nacionalismo e do liberalismo, continuará a atuar como ácido que corroerá aos poucos a ilusão dos que pensaram restaurar o mundo antigo.

A Revolução bolchevista e o nazi-fascismo fizeram do período de entre guerras uma fase de extrema heterogeneidade e antagonismo, que empalidecem, no entanto, quando comparadas à irreconciliável oposição da Guerra Fria. O signo da divisão em Berlim, na Alemanha, na Europa, em todo o planeta, passa a ser a característica essencial de um sistema onde a heterogeneidade de critérios e de organização social leva os adversários a não se reconhecerem mutuamente como legítimos.

Em contraste, os anos 1990 testemunham, a princípio, uma crescente convergência e uniformidade, tanto no plano dos princípios inspiradores da constituição política e da legitimidade internacional como nas modalidades concretas das instituições políticas e econômicas. A dicotomia entre democracia burguesa e democracia proletária se desmoraliza e desaparece. O critério de classe para fundamentar a legitimidade do poder passa a ser substituído, mesmo em terras ontem socialistas, pelas idéias nascidas no século XVIII: a democracia representativa, policlassista, multipartidária, com eleições livres periódicas, alternância de partidos no poder, garantia das liberdades políticas e dos direitos humanos.

Vinte anos atrás, ainda se podia dizer que a originalidade latino-americana no seio dos grupos de países em desenvolvimento ou não-alinhados era sua fidelidade, ao menos em tese, às aspirações e aos valores ocidentais da democracia, ainda que frequentemente violados ou adiados na prática. Hoje, até os mais recalcitrantes dentre os africanos e asiáticos se vêem forçados a abandonar, um por um, o partido único, a ditadura de um só homem.

O grau de homogeneidade do sistema se elevou a tal nível que inspirou devaneios como o de Francis Fukuyama sobre o fim da História, na acepção hegeliana. De acordo com essa visão triunfalista e prematura, a humanidade teria finalmente atingido o ponto em que o Espírito encarnado no Estado encontra sua expressão definitiva e imutável. A democracia representativa somada à economia de mercado seria essa forma acabada e final, para a qual, após a falência do socialismo real, já não haveria, no mercado das ideologias, alternativa disponível.

Seja como for, a verdade é que, em si mesma, a homogeneidade não representa nenhuma garantia de menor frequência de conflitos internacionais do que a heterogeneidade. Basta lembrar que as guerras dinásticas ou territoriais nunca foram tão seguidas como no tempo clássico da balança do poder. A diferença então consistia no reconhecimento de que todos os contendores possuíam igual legitimidade, não devendo ser eliminados do sistema. Outra diferença se situava na pequena capacidade destrutiva da tecnologia da guerra, que também atuava para moderar e limitar os conflitos. Valeria, assim, indagar como se apresenta agora essa relação entre poder geral, força militar, tecnologia de armamento e potencial de novos conflitos.

Desequilíbrio entre poder estratégico-militar e os meios econômicos desse poder

No domínio das relações entre o poder estratégico-militar e os elementos econômicos que o compõem, a singularidade do quadro contemporâneo reside na falta de perfeita correspondência entre as duas faces dessa moeda, numa certa assimetria entre uma e outra. É como se a realidade da distribuição dos recursos econômicos entre os poderosos da terra projetasse no espelho do poder militar uma imagem distorcida e quase grotesca, como nesses espelhos assustadores dos parques de diversão. No caso, um dos componentes do grupo de família que posa diante do espelho, os Estados Unidos da América, aparecem como um desses inquietantes obesos dos retratos de Fernando Botero, enquanto os demais, Europa, Japão, Rússia, se amesquinham e encolhem como adultos ananizados.

Isso ocorre porque, pela primeira vez em muitíssimo tempo, as armas nucleares, os armamentos convencionais e os vetores que possibilitam empregá-los nos quatro cantos do globo se encontram desproporcionalmente concentrados em mãos americanas. Não se viu tal coisa nem mesmo no curto intervalo entre 1945 e 1949, antes da explosão do primeiro artefato atômico soviético, quando os Estados Unidos detinham o monopólio nuclear e ostentavam esmagadora superioridade econômica e financeira em relação a vencidos e vencedores devastados pelo conflito.

Naquele tempo de incipiente desenvolvimento do arsenal e da estratégia do átomo, o que contava decisivamente era ainda o poder convencional. E esse, os soviéticos tinham de sobra, sob a forma da formidável máquina de guerra do vitorioso Exército Vermelho e da disposição de Stalin para usá-lo, acoessando, ameaçando e pressionando em pleno coração da Europa, em Berlim, Praga e Viena, no instante em que Truman levava a cabo uma acelerada desmobilização das forças norte-americanas.

Apesar dos cortes no orçamento de defesa e do fechamento de bases e instalações militares, não há termo de comparação possível entre o que assistimos agora e os eventos daquela época. O Pentágono comanda ainda esmagadora superioridade em quatro setores onde não conhece rivais: a qualidade e quantidade dos artefatos nucleares, a completa panóplia de seus vetores estratégicos (mísseis intercontinentais, bombardeios e especialmente os mísseis montados em submarinos nucleares), a sofisticada linha de armas e equipamentos convencionais de alto conteúdo eletrônico demonstrada no Golfo e a eficiente e dispendiosa logística para projetar a largas distâncias todos esses meios.

Diante disso, não contam muito os recursos autônomos de aliados ocidentais como franceses ou ingleses, o potencial ainda em vias de implantação de chineses e, em menor escala, indianos. Os russos, embora amputados de parte de seus braços e pernas pela implosão da URSS, conservam, por ora, muito do estoque físico do seu poder em declínio. Mas, sem mencionar as condições econômico-financeiras e políticas que determinam em última análise a capacidade real de mobilizar esse potencial teórico, pode-se perguntar até quando serão os russos capazes de atualizar e renovar esse arsenal em processo de senilidade precoce, além do desafio quase insuperável de ter de bancar e igualar os americanos nas apostas cada vez mais caras do contínuo aperfeiçoamento tecnológico não só das armas estratégicas como das convencionais de última geração.

Ainda na hipótese mais otimista de recuperação do poderio russo, levará muito tempo para que Moscou volte a representar o papel que teve nos anos 1970.

O desequilíbrio acentuado na repartição de forças nucleares e convencionais se deve a uma causa principal cujo efeito se fez sentir de uma vez por todas e a outras de permanência maior ou menor que irão determinar se o fenômeno é ou não durável. O que acima de tudo explica tão marcante assimetria é ser ela o resultado do desenlace que pôs fim ao sistema bipolar da Guerra Fria, com a desistência de um dos lados e a liquidação de sua aliança militar. Após oferecer aos EUA e à OTAN por mais de quarenta anos competição acirrada e sem tréguas, a URSS e o Pacto de Varsóvia abandonaram a partida e o campo de batalha aos rivais vitoriosos. Estes, em lugar de se desentenderem como é de praxe no final dos conflitos, não se dispersaram desta vez por obra e graça da incerteza que, como uma nuvem, paira sobre os horizontes da Rússia e devido igualmente ao agravamento de desafios em outros pontos do globo.

O isolamento no pináculo do poder em que tal evolução deixou os norte-americanos não é usual nem frequente, tendo se revelado fugaz o momento unipolar e unilateral a que conduziu em alguns momentos. Em relação à Aliança liderada pelos norte-americanos, a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não há indicações de perigos imediatos de dissolução que a ameacem. A Aliança Atlântica tem mesmo enfrentado o desafio inverso, de como administrar a sofreguidão dos países do centro e leste da Europa, desejosos de aderir em massa.

Menos ainda se vislumbram sinais que anunciem a reconstituição de aliança rival: em torno de quem? Contra que ameaça? Formada por quais países? Com que meios? Os poucos, Alemanha e Japão, que teriam competência econômico-tecnológica para se estabelecerem militarmente de forma autônoma continuam prisioneiros de traumas do passado recente, de mudanças culturais de caráter talvez estrutural que tornam a remilitarização repugnante a suas populações e da camisa-de-força das constituições pacifistas do pós-guerra. Os americanos se guardarão bem, provavelmente, de lhes fornecerem motivos para vencer essa relutância.

Dos que certamente gostariam de reforçar seu poderio, a Rússia deixou de ter e a China não tem ainda o nível de excedentes econômicos necessários para fazer sombra aos Estados Unidos. Quanto à possibilidade de que essas potências complementem, via alianças com terceiros, a insuficiência dos recursos próprios, trata-se de gente mais temida que amada, de conturbada tradição de vizinhança. São justamente os que mais de perto os conhecem os que mais se alarmam com a hipótese de um desengajamento norte-americano de sua periferia.

A hipótese mais plausível de restauração de relativo equilíbrio estratégico chegou a parecer num passado recente a da União Europeia. Esta, contudo, parece distante do sonho de uma política externa comum, quanto mais de uma política de defesa integrada que possa minimamente contrabalançar o peso americano. Como se tem visto, primeiro na Croácia, depois na Bósnia, no Kosovo (e mais recentemente, na Ucrânia), mesmo em questões que relevam inteiramente da história do Velho Continente, a unidade europeia permanece o “mito criador” do eufemismo cunhado por um escritor francês. A incorporação de austríacos, escandinavos, tchecos, húngaros, poloneses, romenos, búlgaros, ao aumentar o grau de heterogeneidade não será de molde a facilitar a integração militar. É mesmo lícito questionar se uma complexa e

gigantesca coligação desse tipo logrará vir à luz como fruto exclusivo da racionalidade, a frio, sem que alguma ameaça temível e imediata a torne possível, conforme ocorreu com a OTAN no início da Guerra Fria.

Por tudo isso, embora uma situação como a atual seja infrequente, não é de excluir-se que ela possa sobreviver algum tempo à Guerra Fria que lhe deu origem e, nesse ínterim, vá produzindo efeitos de certa monta. Enquanto durarem as circunstâncias presentes, não há como negar que, ao menos no terreno estratégico-militar, vivemos num sistema no qual os Estados Unidos exercem indiscutível hegemonia no sentido de que, mesmo a improvável coalizão de seus potenciais adversários, não seria bastante para lhe fazer contrapeso.

Dito isso, convém investigar em que medida essa hegemonia estratégica pode prescindir do aporte de terceiros em legitimidade, bem como em recursos financeiros. Também vale examinar até que ponto as dificuldades domésticas, inclusive crescentemente de natureza financeira e a relutância da opinião pública em pagar o preço de um engajamento permanente acabam por criar limitações reais e tangíveis ao exercício desinibido do poder americano.

O exame dos problemas econômicos americanos não poderá ser feito com abstração do que se passa na economia mundial à qual os EUA estão crescentemente vinculados.

Um mercado que se integra globalmente

Forçando um pouco a análise, não é exagero dizer que os efeitos políticos da queda do muro de Berlim são menos relevantes, em termos de projeção futura, do que seu impacto econômico na infraestrutura de produção.

As ondas de choque que se propagaram pela Europa a partir daquele acontecimento puseram por terra, de fato, as barreiras que separavam das demais as economias centralmente planejadas, fazendo ruir o COMECON e incorporando, um após o outro, os ex-socialistas ao FMI, Banco Mundial e à Organização Mundial de Comércio (OMC). Como antes disso a China já havia começado a se integrar aceleradamente aos mercados mundiais através do comércio, está em vias de se concluir uma mudança radical no panorama de divisão entre economias centralizadas e economias de mercado. A cada dia que passa, encolhe o espaço ocupado ainda por alternativas econômicas estatizadas como as que se encarnaram durante a Guerra Fria nos países ditos do socialismo real.

A economia de mercado e as instituições de Bretton Woods (mais a entidade internacional de comércio) que a normatizam e regulam caminham a passos rápidos para completar a obra de unificação dos mercados em escala planetária iniciada pela expansão europeia do descobrimento das rotas de navegação para as Índias e as Américas. Consequência das mudanças econômicas e sociais acarretadas pelo fim do feudalismo e da revolução cultural do Renascimento, a “era Vasco da Gama da História asiática”, na fórmula do historiador hindu K. M. Panikkar (em “Asia and Western Dominance”, 1953), levou a cabo, através da exploração do colonialismo, uma uniformização cultural forçada e uma crescente interpenetração e integração das grandes civilizações humanas.

É nesse sentido que a unificação da infraestrutura produtiva e de comercialização terá provavelmente impacto mais decisivo para a construção do mundo futuro do que algumas das transformações ocorridas no domínio estratégico-militar. Afinal, a situação peculiar que impera nessa última área é muito mais a sobrevivência, embora alterada, de um passado recente do que a antecipação das coisas do porvir.

Estas se encontram sobretudo contidas na globalização da economia mundial, que se manifesta na esfera do processo produtivo, da integração dos mercados e da concentração de investimentos, fluxos financeiros e tecnologia.

Em decorrência da ação das empresas transnacionais em escala planetária, os diferentes elos da cadeia produtiva de muitos bens e serviços se veem hoje distribuídos geograficamente em distintos países, de acordo com a lógica dos custos. Um primeiro efeito da globalização da produção é que parcela crescente do comércio mundial corresponde ao intercâmbio no interior das grandes corporações, às trocas intra-firmas entre matriz e filiais ou entre estas últimas. Os setores manufatureiros mais globalizados são também os que acusam maior dinamismo no crescimento do comércio internacional: equipamento eletrônico e de telecomunicações, química fina e petroquímica, veículos e equipamento motorizado, maquinaria não elétrica.

Uma segunda consequência reside no forte impulso para a uniformização de normas e padrões, já que as diferenças nesse campo podem afetar de maneira substancial o desempenho de empresas com atuação em países de distintos ordenamentos legais. Se as tendências econômicas conduzem à integração, não deve surpreender que as leis e instituições em matéria de serviços, propriedade intelectual, competição, meio-ambiente, padrões de produto, se tornem cada vez mais objeto de esforços de harmonização internacional.

É o que se vê no tipo de integração denominada profunda (“deep integration”) para diferenciá-la da integração rasa (“shallow integration”). A primeira seria justamente a harmonização de diferentes legislações e padrões nacionais em áreas até agora consideradas de exclusiva jurisdição doméstica como as citadas acima (serviços, propriedade intelectual, investimentos) e que por isso provocaram tanta resistência antes do lançamento e no decorrer da Rodada Uruguai. A integração rasa seria a limitada às “medidas de fronteira” como as tarifas, cotas e demais barreiras quantitativas tradicionalmente aplicadas na fronteira a um produto importado.

A Rodada Uruguai do GATT foi justamente a primeira grande série de negociações internacionais que abarcou os dois tipos de integração e conseguiu incorporar normas sobre os efeitos comerciais de patentes ou regras de investimento à nova organização multilateral de comércio criada no seu término. Desse ponto-de-vista, a Rodada não deixou de assumir ares de uma espécie de gigantesca assembleia constituinte mundial, que adotou, para mais de 110 países, normas que irão regular, no século 21, a marcha batida em direção à formação de um mercado unificado para mercadorias, serviços e fatores de produção, com o mínimo possível de discriminação associada à origem geográfica de produtores, ou consumidores.

Precisamente porque tal desfecho se inscrevia na lógica da História recente, sempre soaram ocos e superficiais os vaticínios de apocalíptico fiasco para a Rodada ou

para o GATT feitos periodicamente por comentaristas. Não seriam as divergências acerca de quantas toneladas de trigo subsidiado pode a França exportar ou de arroz deve o Japão importar que iriam destruir, na véspera de sua concretização, o sonho de um mercado unificado tornado possível pelo colapso socialista. Da mesma forma, é pouco provável que o cenário do comércio mundial dos próximos anos seja definido com exclusividade por uma das alternativas quimicamente puras identificadas por alguns autores: a continuação do GATT do passado, a fragmentação em blocos comerciais, o predomínio do comércio administrado em bases discriminatórias ou o surgimento de um sistema GATT mais integração profunda ou Super-GATT.

É mais plausível imaginar que, no futuro, o sistema multilateral de comércio não seja radicalmente contrastante com o que veio aos poucos se formando até nossos dias. Como na atualidade, ele será o somatório, a coexistência dessas quatro dimensões, com a presença mais ou menos intensa de alguns componentes favorecidos por determinadas conjunturas, mas com a acentuação gradual dos aspectos determinados pela globalização das economias antes nacionais e pela unificação de mercados onde no passado se talharam reservas para a prática da substituição de importações.

Haverá certamente uma permanente tensão dialética entre esses elementos e, de igual modo, entre os imperativos de uniformização ditados pela regionalização e/ou globalização e a persistência do enfoque nacional no processo decisório de parlamentos e executivos. Os ritmos dessas duas vertentes não coincidem, o que inevitavelmente provoca desencontros desafinados entre a propensão de que as economias se tornem cada vez menos nacionais e mais regionalizadas ou globalizadas, de um lado, e a afirmação, na tomada de decisões, da base nacional e soberana em que se fundamenta a organização política dos Estados, do outro. Esse será um problema não restrito exclusivamente, mas de particular relevo para países continentais de menos clara vocação para a integração regional ou global como a Rússia, a China, a Índia e o Brasil.

Nesse quadro, não se apresenta como alta probabilidade o fantasma tantas vezes agitado de uma fragmentação do sistema em blocos excludentes e fechados. Não estão presentes para isso as circunstâncias que, na década de 1930, racharam o sistema comercial de alto a baixo: a exacerbação de choques e tendências político-ideológicas entre democratas ocidentais, comunistas e fascistas (ou, se quisermos, o aumento do grau de heterogeneidade do sistema político) e a escassez de divisas fortes que levou a Alemanha nazista do Dr. Schacht a negociar os acordos bilaterais de “marcos de compensação” com vários países, inclusive o Brasil. O que não exclui, é óbvio, a consolidação de empreendimentos integracionistas quarentões como a União Européia ou ainda engatinhantes como a Nafta, sem que eles se transformem necessariamente em fortalezas isoladas e auto-centradas.

São similares as perspectivas do “managed trade”, que continuará, como no passado, a ser uma das formas preferidas de resolver conflitos comerciais causados, de uma parte, pela necessidade política de proteger certos setores domésticos e, de outra, pela impossibilidade de fazê-lo por meios legais (tarifas, por exemplo) ou dentro das regras multilaterais. Em tais casos, expedientes de “organização” ou “ordenação” de mercados, acordos supostamente “voluntários” de restrição de exportações, todo o imaginativo arsenal de medidas de “área cinzenta” voltarão a ser empregados, embora representem o que de mais nocivo existe em matéria comercial devido a seu caráter

discriminatório e não transparente (constituem a negação frontal do princípio da Nação Mais Favorecida, pilar fundamental do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

Encaixando-se os elementos salientes do panorama econômico atual, isto é, a globalização da produção e a unificação do mercado, a figura que toma corpo aos nossos olhos é a de uma economia cada vez mais integrada na escala do planeta, com o domínio indiscutível de três pontos focais: os Estados Unidos e a ele países ligados pela rede de acordos de livre comércio (México, Canadá, América Central, Caribe, Colômbia, Peru, Chile), a União Europeia e a gigantesca rede informal de produção e comércio entre a China e boa parte da Ásia (Japão, Coreia do Sul, Cingapura, países da ASEAN). A competição e a multipolaridade contrastam aqui com a concentração unipolar do poder estratégico-militar nos Estados Unidos.

Os EUA: Um país em declínio?

Se os norte-americanos já não detêm a incomparável superioridade econômica que as circunstâncias temporárias da Segunda Guerra Mundial lhes concederam por alguns anos, tampouco se pode negar que, em quase todos os aspectos da economia e das finanças internacionais, seu peso é ainda decisivo embora não exclusivo.

Não é este o lugar para reabrir o cansativo debate sobre o declínio americano. A velocidade das mudanças do fim dos anos 1980 atropelou algumas premissas e conclusões dos “declinistas” quase no momento em que eram feitas, como ocorreu com o famoso livro de Paul Kennedy e suas advertências contra os riscos da “over-extension” militar. Outras deduções estavam calcadas em estatísticas e fatores conjunturais cuja frequente oscilação nos últimos anos tem conduzido a flutuações seguidas, na bolsa de percepções psicológicas, das altas e quedas das ações respectivas de americanos, chineses ou emergentes.

Quem tiver presente o clima do início dos 1980, há de lembrar do europessimismo, da euroestagnação de moda na época, esquecidas na breve fase de eurouforia provocada pelo anúncio da meta Europa-92. Desde então, o inventivo Jacques Delors tem sido fértil em renovar, uma após outra, iniciativas como o Tratado de Maastricht ou a incorporação de novos países para tentar espantar de vez a inquietação que ameaça tomar conta dos europeus sempre que fixam o olhar nas persistentes dificuldades trazidas pela unificação alemã, na taxa de desemprego acima de 10% ao ano e na paralisia de Bruxelas diante do desafio da Bósnia.

Feita esta ressalva, é preciso reconhecer que, apesar dos prognósticos declinistas, a economia americana continua a ostentar capacidade de recuperação que não deve ser subestimada. Sua economia é agora muito mais dependente do comércio exterior do que trinta ou quarenta anos atrás e essa integração deve constituir um fator de peso para contrabalançar as pressões de setores internos e do Congresso em favor do unilateralismo comercial. A valorização do dólar e da Bolsa de Nova York sempre que uma crise política mundial perturba os nervos sensíveis dos investidores é termômetro seguro de que os mercados não se enganam sobre a solidez e estabilidade fundamentais da economia americana.

Esses fatos e tendências não anulam a realidade que se veio criando no mundo com o surgimento da China e de outros polos econômico-financeiros e a

impossibilidade para os Estados Unidos de continuarem a suportar o fardo esmagador de um orçamento militar descomunal e dispor, ao mesmo tempo, de excedente para reconstruir a infraestrutura econômica e social do país, mantendo intacta a capacidade produtiva e competitiva.

Em outras palavras, os Estados Unidos continuam a ser extremamente poderosos em quase todos os aspectos da vida econômica, mas estão longe de serem absolutos e muito menos autossuficientes. Na distribuição dos recursos econômicos que, entre outros fatores, determinam o poder, o mundo é decididamente (e crescentemente) multipolar, tudo indicando que esta é uma realidade que veio para ficar.

Um sistema de coincidência parcial entre poder estratégico-militar e poderio econômico

O sistema internacional que se vai esboçando em substituição ao bipolarismo da Guerra Fria não é, portanto, unipolar, como se ouve correntemente, a não ser que se queira privilegiar o componente estratégico-militar do poder como único elemento definidor. A indiscutível hegemonia estratégica norte-americana não pode, em verdade, prescindir das limitações decorrentes da economia, nem das considerações de legitimidade ético-política, o que torna mais teórico que real o aparente poder de exterminar qualquer adversário.

De fato, a guerra do Golfo (e, posteriormente, a do Afeganistão, a do Iraque e outras menores) demonstrou com exemplar clareza que, mesmo em conflitos de alta relevância para seus interesses globais, os Estados Unidos não estão dispostos a prescindir do aporte de recursos econômicos de terceiros, nem do efeito legitimador da aprovação das Nações Unidas e da participação subordinada de aliados. Como se viu, a divisão do fardo de impor a nova ordem não é matéria de escolha, mas de imperiosa necessidade. Sem ela, de nada serviria o alívio trazido pelo fim da disputa com os soviéticos e Washington seguiria ameaçada por um engajamento além do razoável, inibidor da recuperação econômica.

Não quer isso dizer que não haveria circunstâncias capazes de levar os americanos a agirem sozinhos. Entretanto, a improbabilidade de situações desse tipo é de tal ordem que, pressionado, tempos atrás, a definir uma contingência justificadora de ação unilateral, um dos mais altos responsáveis pela defesa do país só conseguiu balbuciar: “Bem, no caso de invasão do território norte-americano...”.

O fato é que a opinião pública estadunidense não revela o menor entusiasmo por intervenções em conflitos como o da Somália e da Bósnia (ou da Síria), mesmo em companhia de aliados. Como ouvi certa vez de Zbigniew Brzezinski, a política externa da Administração Clinton poderia ser definida como “internacionalismo limitado, com o mínimo de engajamento indispensável”.

Não se pode afirmar que a História desconheça precedentes para a atual situação de falta de cabal correspondência entre a distribuição dos meios econômicos e financeiros, de um lado e a força estratégico-militar, do outro. A Rússia Czarista, por exemplo, desempenhou papel militar decisivo na etapa final das guerras napoleônicas sem que pudesse rivalizar com as potências econômicas de então. A diferença, contudo,

é que, numa época de tecnologia bélica relativamente pouco desenvolvida, a base industrial e tecnológica da força militar contava incomparavelmente menos do que hoje.

Em circunstâncias normais, cedo ou tarde, o padrão multipolar de distribuição de recursos econômicos e tecnológicos deveria logicamente encontrar equivalência na constelação de forças estratégico-militares. Existindo teoricamente a capacidade de desenvolver armas e vetores, a questão se resumiria na vontade política para converter esse potencial em realidade. Vontade da potência hegemônica de permitir, tolerar ou encorajar tal desenvolvimento. Vontade dos governos e opiniões públicas dos países qualificados econômicos e tecnologicamente para darem o salto que separa os meios econômico-tecnológico de sua expressão militar.

Ora, os Estados Unidos parecem aceitar, e até certo ponto, estimular, que o Japão e a Alemanha assumam maiores responsabilidades (e ônus financeiro) na sua própria defesa e na área de suas influências. Não chega esse encorajamento ao ponto de desejar que outros, ainda que do mesmo campo, atinjam com eles a paridade estratégica (conforme deixou claro, no fim do Governo Bush, um estudo do Pentágono posteriormente censurado). É inegável, porém, que, ao favorecer em tese o ingresso da Alemanha e do Japão, dois gigantes econômicos, no Conselho de Segurança, ao pressioná-los a tomar parte em operações de paz, a aumentarem a presença militar em suas respectivas periferias, os americanos põem em ação um movimento talvez difícil de reverter.

O que modera o ritmo desse processo é a relutância de japoneses e alemães de embarcarem num curso que lhes trouxe desastres no passado e a abandonarem as vantagens econômicas do guarda-chuva americano, o temor ainda vivo da parte dos vizinhos, os óbices constitucionais e a mudança aparentemente cultural de populações com escasso entusiasmo não só pela militarização, mas até por um papel internacional mais ativo. Não faz muito, levantamento realizado por um dos grandes jornais da Alemanha revelava que a maioria dos entrevistados via na vizinha e neutra Suíça o modelo ideal para seu país. Quem diria que seriam hoje tomados como exemplo aqueles mesmos suíços aos quais Hitler reservava na sua nova ordem o papel de estalajadeiros (“innkeepers”) da Europa!

Em meados dos anos 80, o professor Richard Rosecrance julgava poder discernir dois sistemas internacionais justapostos: o bipolar, de caráter estratégico-militar, liderado por dois Estados territoriais gigantes e rivais, EUA e URSS, e o dos Estados mercantis (“Trading States”), empenhados em realizar seus fins de prosperidade e bem-estar pelos meios pacíficos do comércio e não mais pela conquista e controle de território. Desaparecido um dos pólos da disputa estratégica e encerrada a Guerra Fria, persiste a dificuldade em fundir e fazer coincidir os dois sistemas. A própria União Européia, nascida do projeto econômico-comercial do Mercado Comum, tem sido pouco feliz na tentativa de repetir na coordenação de uma política externa e de defesa comum integrada o mesmo êxito alcançado na unificação dos mercados.

É como se, nesse jogo, os que podem, não querem e os que querem (China, Rússia, Índia), não podem.

Enquanto esse panorama não mudar em substância (e talvez para isso seja necessário algum choque ou ameaça que sacuda europeus e japoneses, a China, a

Rússia?), os americanos vão-se demorando na rarefeita atmosfera do teto do mundo, com o sentimento misto de orgulho por haver, como dizem, “ganhado” a Guerra Fria e de desconforto por não saberem o preço que terão de pagar pela vitória.

Além de pouco confortável, não se pode dizer que tal situação justifique a descrição apressada de unipolarismo. Não temos aqui nada que se compare com a “monarquia universal” dos romanos, isto é, a concentração em mãos de uma potência hegemônica da totalidade ou quase do poder, força estratégico-militar e meios econômicos que a condicionam, dentro dos limites do espaço da mesma civilização (os bárbaros, evidentemente, não contavam).

É certo que a pacificação dos conflitos regionais e a superação de impasses tornadas possíveis pelo fim dos antagonismos da Guerra Fria passaram a ser contagiosas e acumulam em nossos dias um saldo verdadeiro impressionante: saída dos soviéticos do Afeganistão e dos cubanos de Angola, Cambodia, Namíbia, Nicarágua. Até questões que pareciam congeladas pelo futuro previsível, como a do “apartheid” na África do Sul adquiriram um dinamismo inesperado e alentador.

Ainda assim, o recrudescimento de antigos focos de violência (Angola, Somália) e a erupção de novos (Bósnia, Armênia-Azerbaijão) serve para lembrar-nos que a Pax Americana está longe daquela “imensa majestade da Pax Romana” de que falava o poeta Juvenal. Quando os centuriões relutam em aceitar que seus ossos embranqueçam nas areias do deserto, é difícil exigir mais do que uma paz precária e cheia de sobressaltos.

Articulando-se as peças desse mosaico, o desenho que emerge é o de um sistema internacional complexo, com tendência maior para o multi do que para o unipolarismo. Trata-se, no entanto, de modalidade sui-generis do multipolarismo, devido, em primeiro lugar, à presença de um líder. Como é sabido, os estudiosos dos sistemas sempre postularam que uma das principais diferenças entre o bi e o multipolarismo é ser a liderança da essência do primeiro (caracterizado pela existência de dois blocos, duas coligações antagonicas, cada uma com seu líder, Atenas e Esparta, EUA e URSS). No multipolarismo, não se concebe, ao contrário, a aceitação de um líder, como se pode ver do exemplo da Balança do Poder europeu, onde as potências, França, Inglaterra, Áustria-Hungria, Prússia, Rússia, Itália, podiam eventualmente aliar-se entre si, mas não reconheciam líderes. Desta vez, em parte por sobrevivência de uma das alianças do regime anterior e, mais ainda, por serem os EUA detentores do poder estratégico hegemônico e assim mais iguais do que os outros, o sistema tende ao multipolar, mas obedece, mais ou menos claramente, à liderança americana.

Uma segunda razão para explicar a singularidade da atual configuração de forças (e daí a dificuldade de enquadrá-la num dos protótipos teóricos ou do passado) é a forma pela qual se busca ou se estabelece um relativo equilíbrio. Na concepção tradicional, o equilíbrio provém dos próprios países componentes e do seu peso específico: é o número de atores principais, um, dois ou vários, que determina se a distribuição é unipolar, bipolar ou multipolar. Pressupõe-se que cada um dos atores principais seja um jogador de primeira grandeza em todos e cada um dos cenários fundamentais do poder: econômico-financeiro, político, tecnológico, militar, etc.

Nos dias que correm, porém, variam os atores que integram as configurações nesses distintos domínios. Os que sobressaem nos campos econômico e tecnológico (o Japão, por exemplo), podem não figurar no estratégico-militar. O equilíbrio vai-se produzir, portanto, através de jogo mais complexo no qual os atores se contrabalançam pelo concurso de meios diferentes (a dependência financeira atenuando, por exemplo, a hegemonia em armas estratégicas). Nesse jogo, a vantagem inigualável dos Estados Unidos é serem eles os únicos a poderem jogar em todos os tabuleiros: estratégico-militar (Guerra do Golfo, Somália), econômico-financeiro (G7, G5, FMI, Banco Mundial, OMC), tecnológico (Guerra nas Estrelas, exploração do espaço), político-diplomático (ONU, negociações no Oriente Médio, Comissão de Paz em Angola), assistenciais, etc., etc.

Essa superioridade é que permite aos americanos preencherem a função indispensável de catalisadores das coligações de geometria e composição variáveis para manejar crises como a Guerra do Golfo, a operação na Somália e o esforço multinacional para socorrer economicamente a Rússia e outros ex-integrantes da URSS. A iniciativa de Washington é, em tais casos, não só imprescindível como não encontra voluntários para substituí-la. Quando os americanos querem, as coisas acontecem, como na reação à invasão iraquiana do Kuwait. Quando eles vacilam, como na agressão sérvia aos muçulmanos da Bósnia, as discussões se arrastam e tornam-se inconclusivas. Os Estados Unidos não podem tudo, como se viu na Somália, na Bósnia e no Haiti (até o momento). Mas, sem eles ou contra eles, os outros podem muito pouco.

Além da liderança, resquício do tempo das alianças bipolares, outra marca saliente da situação atual é o recurso freqüente ao processo multilateral, a fim de mobilizar, para as iniciativas americanas, maior legitimidade e meios de ação adicionais (aliás, um dos tipos de sistema imaginados por Morton Kaplan: a organização universal a serviço do poder hegemônico). Para isso foi essencial o alinhamento cada vez maior às teses defendidas pelo Departamento de Estado no Conselho de Segurança, onde, fora a crescente chinesa e o retorno do antagonismo em relação à Rússia de Putin, tem se revelado possível obter a cobertura legal necessária para evitar ter de lançar mão de operações unilaterais.

A utilização do Conselho de Segurança é complementada e reforçada pelo emprego habilidoso do mecanismo do “soft power”. É ele que dá aos EUA e seus aliados no Fundo Monetário, no Banco Mundial, nos grupos de controle de exportação de tecnologia de duplo uso, as condicionalidades para subordinarem a ajuda ou a mera liderança de certos fornecimentos à obediência e determinados padrões em gestão econômica, ambiental, de direitos humanos, etc.

Toda essa vasta panóplia de ferramentas, que vão das rombudas e brutais até as mais sutis e indiretas, capacitaram os dirigentes da política externa norte-americana a dosarem, de acordo com as circunstâncias, os esforços com que vêm procurando moldar a argila das mudanças, imprimindo-lhe a forma da ordem do quarto após-guerra.

Um status quo melhorado e sob controle

Será talvez exagero falar-se em novo ordenamento quando o que se pretende não é substituir totalmente um sistema, como se fez em 1944-45, mas apenas adaptar aos novos tempos as instituições do período anterior. Não se trata apenas de questão de ética

ou de debate acadêmico sobre a verdade histórica. É que, ao observar como, superada a disputa ideológica da Guerra Fria, persiste a distorção da realidade, o uso do “double standard” favorecendo a uns em prejuízo de outros, aumenta nos menos poderosos e discriminados a desconfiança de que a nova ordem pode não ser muito melhor do que a antiga. A constatação de que o poder continua a ser visto do interesse dos Grandes, de suas concepções de normatização, ainda que bem-intencionadas e desejáveis em si mesmas, que ele serve para recompensar a uns e castigar a outros, não por haverem atentado contra a paz e a liberdade dos demais, mas por serem recalcitrantes em relação a certos padrões, é tudo isso que alimenta, reforça e justifica a contínua aspiração por um processo decisório mundial mais igualitário e democrático.

É isso também que termina por suscitar dúvidas acerca das melhores causas, meritórias e dignas de apoio por seu conteúdo objetivo, como a da não proliferação das armas de destruição em massa e de seus vetores. Prioridade central da política dos EUA desde o tempo em que Araujo Castro via nela uma das expressões do “congelamento do poder mundial”, a causa sofre arranhões em sua credibilidade devido ao “double standard. Sofre igualmente quando não se dá qualquer sinal da disposição de renunciar algum dia ao crescentemente inútil arsenal nuclear americano, no momento mesmo em que se promove a prorrogação ilimitada do TNP.

A Aliança Atlântica, por sua vez, sobrevive ao desaparecimento de sua própria razão de ser, devido ao mesmo e persistente temor. Não esconde, porém, certa crise de identidade. As idéias de expandir-lhe o escopo além dos seus originais limites geográficos tropeçam não apenas em concepção rivais (como a de uma aliança restrita aos países europeus), mas também na incapacidade que revelou de desempenhar um papel relevante na ex-Iugoslávia e, mais recentemente, na Ucrânia.

A hipótese de um eventual governo russo que combinasse o extremismo nacionalista com as armas nucleares pode assustar pela capacidade de gerar destruição e ruína devido à tecnologia bélica ainda em poder de Moscou. Em tal eventualidade, porém, a estreita atração ideológica além-fronteira russa desse tipo de bandeira nacionalista não teria nem de longe condições de competir com o apelo universal encarnado no movimento comunista. Não poderia vir daí, por conseguinte, o desafio capaz de abalar a presente estrutura de “estabilidade hegemônica” e oferecer em relação a ela uma alternativa viável.

Um edifício construído sobre a areia?

Não foi a pressão militar do Ocidente, o nacionalismo dos povos oprimidos nem a genuína aspiração por liberdade política, religiosa e cultural que finalmente puseram por terra o socialismo marxista e desintegraram a URSS e seu entorno. O responsável pelo golpe fatal foi o fracasso da economia socialista em agüentar a competição para manter a paridade estratégica relativa com os EUA e gerar, ao mesmo tempo, prosperidade, fartura e bens e serviços de qualidade para sociedades ansiosas em imitar os padrões de consumo ocidental.

Na euforia celebratória do fim da Guerra Fria, falava-se muito no binômio democracia com economia de mercado como uma espécie de fórmula mágica, de panacéia universal, para a qual nem agora, nem no futuro era de esperar que se apresentassem formas alternativas de organização política e econômica. Não demorou,

contudo, para que passadas as comemorações, começassem a crescer a dúvida e incerteza sobre a possibilidade de encontrar na economia de mercado não apenas o caminho da riqueza de alguns, mas a chave da prosperidade e do emprego para todos ou ao menos para o maior número possível.

Essas dúvidas brotam de diversas causas: a constatação de que as economias industrializadas não conseguem crescer mais do que em ritmo extremamente vagaroso; a persistência do desemprego em índices preocupantes; o grave reaparecimento da desigualdade no seio das economias mais avançadas e as tensões que isso provoca; o movimento de rejeição às políticas liberais, aos acordos de comércio e ao que se identifica como um “excesso” de globalização.

Longe estão os dias do crescimento acelerado que levaram os franceses a denominar os primeiros anos do pós-guerra como “les trente glorieuses”. Não foram apenas as recessões cíclicas, os choques do petróleo ou o excessivo intervencionismo e presença do Estado que explicam o crescimento lento. O fato é que, mesmo em plena revolução de Thatcher e Reagan, com privatização, desregulamentação, redução do peso do Estado, a economia nos anos 80 cresceu quase tão devagar como na década anterior e como voltou a suceder na qual estamos vivendo (1990). O balde de água gelada da expansão que se esperava e se frustrou com a conclusão do projeto da Europa-92 e a inesperada crise econômica e política japonesa apenas tornam o horizonte mais sombrio.

Quando o Japão batia todos os recordes de produção e exportação, a economia mundial pôde acomodar essa expansão porque também crescia a 5% ao ano. Como fazer agora para absorver o crescimento contínuo dos asiáticos em geral e o vertiginoso dos chineses em particular se a economia industrializada se arrasta a taxas entre 2 e 3% ao ano? Não obstante a conclusão da Rodada Uruguai, até quando será possível manter as regras desenvolvidas por Adam Smith e David Ricardo para um comércio dominado por ocidentais, no momento em que os asiáticos aprenderam a jogar melhor que os inventores do jogo e das regras? Não será de temer que, a fim de proteger seus mercados e nível de vida, europeus e americanos discriminem contra os aparentemente imbatíveis orientais?

Um fator que vem dando respeitabilidade à discriminação e ao protecionismo é precisamente o aumento do desemprego. Quando no início de 1993 o número de desempregados na OCDE superou os 32 milhões, uma declaração oficial do Governo francês salientou que o liberalismo no comércio mundial não era meta suficiente em si mesma e que, com o desemprego ultrapassando na Europa o índice de 10%, a abertura de mercados teria de ser conduzida de maneira a evitar “efeitos devastadores para o emprego”. Preocupa os europeus que, ao sair dos sucessivos ciclos recessivos, é cada vez mais alto o patamar em que estaciona o desemprego, indício da consolidação do fenômeno do desemprego estrutural. Em certas regiões da Inglaterra existem adultos de mais de trinta anos, casados, com filhos, que nunca tiveram na vida um emprego normal. Melhorar esse quadro dependeria de um crescimento significativamente mais acelerado, o que, até hoje, vem frustrando todas as expectativas e previsões.

O calcanhar de Aquiles do triunfalismo de 1989-90 parece ser não a democracia, mas a economia. Não que a desacreditada economia do socialismo real tivesse realmente resolvido o problema do emprego, conforme gostava de alardear. O que ela fez foi criar a ilusória sensação do pleno emprego por meio da redundância e sobre-

emprego, que incharam os quadros das empresas e tornaram a economia ineficiente e improdutiva. A verdade é que nenhuma organização da produção, centralizada ou descentralizada, foi capaz até hoje de solucionar o dilema de proporcionar a todos os homens um trabalho útil e remunerativo, garantindo, ao mesmo tempo, a produtividade e a eficiência necessárias para sustentar níveis de vida elevados.

Imaginou-se um tempo que as sociedades avançadas resolveriam o impasse através do ócio planejado, isto é, a redução das horas de trabalho e a dedicação do tempo excedente ao estudo, á cultura, ao esporte. Infelizmente, no país mesmo em que tais previsões vieram à luz, estudo recente de pesquisadora de Harvard vem de comprovar que, nos últimos 20 anos, aumentou constantemente a média de horas de trabalho dos cidadãos norte-americanos, enquanto a remuneração média estagnava ou regredia. Quanto ao ócio, continuou privilégio das classes ociosas de sempre.

Não há como negar, portanto, que na fórmula de democracia com economia de mercado, é este último componente que deixa a desejar. Não se vislumbra, é certo, alternativa melhor e viável, pois até a social-democracia acabou abandonada pelos suecos, seus mais fiéis praticantes por longos anos. Voltamos, assim, ao ponto de onde partiu a utopia marxista. Se hoje o espaço da utopia parece exclusivamente dominado por aqueles que, por razões ecológicas, propugnam por alterações radicais no estilo de vida das sociedades ocidentais, amanhã, quem sabe, hão de aparecer propostas de organização alternativa para a economia e a sociedade.

Para que isso não aconteça, seria preciso que o mercado superasse suas presentes limitações em matéria de desigualdade, aquecimento global, emprego e exclusões internas e externas. Do contrário, é inevitável que novas ideologias ou as antigas renovadas introduzam mais uma vez a heterogeneidade, invertam a tendência à convergência e reestimulem o jogo dialético que haverá certamente de interferir no sonho dos dominadores e privilegiados, de hoje como de ontem, de deter o avanço da História e congelar num tempo sem fim o momento particular de sua supremacia.

A História, que faz e desfaz sistemas e dominações, põe-se de novo em marcha e, não obstante as vacilações e divergências que nos paralisam em nosso país, temos de acompanhá-la, pois ela não se deterá para esperar que resolvamos nossos impasses.

Como nos convidava Paul Valéry:

“Le vent se lève. Il faut tenter de vivre”.